

**Vicente Elísio de Oliveira Neto**

# **DEFICIÊNCIA E DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**Tópica Jurídica e o Convívio Antinômico entre  
os Pontos de Vista Biomédico  
e Biopsicossocial**

*Prefácio de Enoque Feitosa*

Curitiba  
Juruá Editora  
2022

---

Visite nossos *sites* na Internet  
*www.jurua.com.br* e  
*www.editorialjurua.com*  
e-mail: *editora@jurua.com.br*

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**ISBN: 978-65-5605-838-2**



**Brasil** – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** Luiz Augusto de Oliveira Junior

---

O48 Oliveira Neto, Vicente Elísio de.  
Deficiência e direitos das pessoas com deficiência:  
tópica jurídica e o convívio antinômico entre os pon-  
tos de vista biomédico e biopsicossocial./ Vicente Elí-  
sio de Oliveira Neto./ Curitiba: Juruá, 2022.  
230p.: il.; 21cm

1. Pessoas com deficiência – Aspectos jurídicos.
2. Pessoas com deficiência – Aspectos biomédicos.
3. Pessoas com deficiência – Aspectos biopsicossociais. I. Título.

CDD 342(22.ed)  
CDU 342.7

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)  
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

## SUMÁRIO

---

<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	21
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	23
<b>1 UMA TRAMA DE PONTOS DE VISTA QUE SE CONSTITUI EM TORNO DA QUESTÃO APORÉTICA DA DEFICIÊNCIA: TENSÕES ENTRE O SOCIAL E O NATURAL</b> .....	31
1.1 A DEFICIÊNCIA COMO UM PROBLEMA CONTEMPORÂNEO QUE SE ESTABELECEU A PARTIR DA MODERNIDADE .....	33
1.2 A DEFICIÊNCIA COMO PATOLOGIA: A COMPREENSÃO BIOMÉDICA .....	37
1.3 O MODELO SOCIAL DE EXPLICAÇÃO DA DEFICIÊNCIA .....	43
1.4 DEFICIÊNCIA E ENVELHECIMENTO .....	48
1.5 A DEFICIÊNCIA CONTRAPOSTA À EFICIÊNCIA .....	52
1.6 O MODELO BIOPSISSOCIAL DA DEFICIÊNCIA .....	60
<b>2 OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO INTERNACIONAL: ENTRE IGUALDADE E DESIGUALDADE, PROTEÇÃO GERAL E ESPECIAL, GLOBAL E LOCAL</b> .....	69
2.1 O TOPOS ARISTOTÉLICO DA ISONOMIA E O TRATAMENTO JURÍDICO CONFERIDO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA .....	72
2.2 PROTEÇÃO GERAL E PROTEÇÃO ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS: O CASO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA .....	81
2.3 A CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: A INSTITUIÇÃO DA CIDADANIA DA PARCELA HUMANA COM DEFICIÊNCIA .....	88
2.4 AS ESTRATÉGIAS DE EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	94
2.5 A AFIRMAÇÃO DA PRIMAZIA DO ÂMBITO LOCAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA CRÍTICA .....	100

<b>3 OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL CONTEMPORÂNEO .....</b>	<b>109</b>
3.1 AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO TEXTO ORIGINAL DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 .....	113
3.2 A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA PERSPECTIVA BIOPSISSOCIAL DA DEFICIÊNCIA: A DEFINIÇÃO NORMATIVA E O PROGRAMA DE PROTEÇÃO ESPECIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA .....	119
3.3 OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DE UMA APROXIMAÇÃO ENTRE DIREITO CIVIL, DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS .....	132
3.4 UM CASO PARADIGMÁTICO DE APLICAÇÃO DA PERSPECTIVA BIOPSISSOCIAL DA DEFICIÊNCIA NA PRÁXIS JUDICIAL .....	139
<b>4 A QUESTÃO APORÉTICA DO CONVÍVIO ANTINÔMICO ENTRE AS DEFINIÇÕES BIOMÉDICA E BIOPSISSOCIAL DA DEFICIÊNCIA NA CONFORMAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, PROVIMENTOS JURISDICIONAIS E DIPLOMAS NORMATIVOS NO BRASIL .....</b>	<b>147</b>
4.1 A TÓPICA JURÍDICA COMO INSTRUMENTO PARA DESVELAR O CONFLITO ANTINÔMICO ENTRE AS CONCEPÇÕES BIOMÉDICA E BIOPSISSOCIAL DA DEFICIÊNCIA .....	148
4.2 A COMPREENSÃO BIOMÉDICA DA DEFICIÊNCIA NA ELABORAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LEI 8.989/95 .....	154
4.3 O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E OS CRITÉRIOS BIOMÉDICOS NAS SÚMULAS 377 E 552 .....	158
4.4 O “NASCITURO DEFICIENTE” E A DEFICIÊNCIA COMO ENFERMIDADE CONGÊNITA NO PROJETO DE LEI 478/07 (ESTATUTO DO NASCITURO) .....	165
4.4.1 A Proposição Legiferante e a Concepção de Novas Criaturas .....	168
4.4.2 Um Exame do PL 478/07 com o Emprego do Contraste Disponibilizado pela Bionormatividade Internacional e Local .....	172
4.4.3 A Inviabilidade Jurídica do “Nascituro Deficiente” à Luz da Definição Constitucional das “Pessoas com Deficiência” .....	181
4.5 A INSPIRAÇÃO DA PERSPECTIVA BIOMÉDICA DA DEFICIÊNCIA NO PROJETO DE LEI 3.803/19 .....	186
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>201</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>207</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>217</b>